

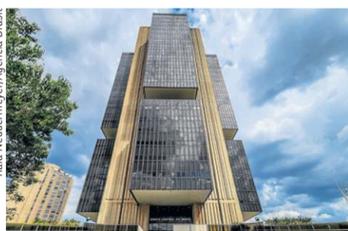


“A natureza nos uniu em uma imensa família, e devemos viver nossas vidas unidos, ajudando uns aos outros”

Sêneca

“Aumentar Selic é medida excessiva e coloca o Brasil na contramão do mundo”, alerta CNI

Rafa Neidmeier/Agência Brasil



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) soltou, ontem, um posicionamento contundente às especulações de alta da taxa básica de juros (Selic): um manifesto para tentar sensibilizar o Banco Central. Hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) vai decidir o patamar da Selic, atualmente em 10,5% ao ano. Para a CNI, a elevação do índice seria “um equívoco, refletindo excesso de conservadorismo do BCB.”

Consequências negativas

O presidente da CNI, Ricardo Alban, lembra que outros países vêm diminuindo as taxas de juros. “Os cenários econômicos, atual e prospectivo, principalmente de inflação, mostram que um aumento da Selic seria equivocado e um excesso de conservadorismo da autoridade monetária, com consequências negativas e desnecessárias para a atividade econômica. Além disso, colocaria o Brasil na contramão do que o mundo está fazendo nesse momento, que é a redução das taxas de juros”.



Ed Alves/CB/DA-Press

Mais despesas para as contas públicas

A CNI também aponta que a alta da taxa de juros real dificultaria a sustentabilidade das contas públicas, uma vez que cada ponto percentual a mais na Selic representa cerca de R\$ 40 bilhões por ano em despesas com juros.

Bruno Rossini assume a Diretoria de Comunicação da 99

O aplicativo de transporte 99 anunciou Bruno Rossini como seu novo diretor de Comunicação. Com mais de 20 anos de carreira, o executivo assume a missão de liderar as áreas de Relações Públicas para mobilidade, veículos elétricos e 99Pay — a carteira digital da marca —, além dos setores de Comunicação Corporativa, Comunicação Interna e Comunicação Digital. Formado em Relações Públicas pela Universidade Metodista de São Paulo e com MBA em Comunicação Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, antes da 99, Bruno esteve à frente dos times de Comunicação de empresas como o QuintoAndar, Netflix e Facebook.



Divulgação

Comércio faz pesquisa sobre horário de verão

O movimento que defende o horário de verão, por trazer benefícios para a economia do país, vem aumentando. Pesquisa do Reclame Aqui, em parceria com a Abrasel, aponta que a maioria dos 3 mil entrevistados se mostrou propensa à volta do horário de verão: 54,9% disseram que são favoráveis ao adiantamento dos relógios. Destes, 41,8% manifestaram esse apoio totalmente e 13,1% deram sua aprovação parcialmente. Para 16,9% a mudança é indiferente. Outros 25,8% se mostraram completamente contrários, e 2,2% dizem ser parcialmente contra a volta. Nas regiões do Brasil onde o horário de verão era historicamente adotado (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), o adiantamento nos relógios ganha ainda mais apoio.

Adesão um pouco menor no Centro-Oeste

O índice dos que se dizem a favor chega a 56,1% no Sudeste (43,1% totalmente favoráveis e 13% parcialmente favoráveis) e a 60,6% no Sul (52,3% totalmente favoráveis e 8,3% parcialmente favoráveis). No Centro-Oeste, a adesão é um pouco menor: de 40,9% (29,1% totalmente favoráveis e 11,8% parcialmente a favor). No total dessas regiões Sul, (onde havia horário de verão até 2019), 55,74% são a favor da volta.



Jair Amaral/EM/D.A Press

Aumento de 15% no faturamento

“O tempo de luz natural a mais faz com que as ruas fiquem mais atrativas, trazendo vigor para o comércio. O movimento nos bares e restaurantes também cresce. A pesquisa mostrou que 43,7% das pessoas se sentem mais dispostas a sair de casa e a socializar durante o horário de verão, contra apenas 20,5% que se dizem menos dispostos. Por isso, estimamos um aumento de até 15% no faturamento. Isso é mais geração de empregos, e a sociedade como um todo sai ganhando”, explica o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci.

Voluntários da Petrobras capacitam profissionais negros em advocacia empresarial

Como parte de um trabalho voluntário, advogados da Petrobras criaram um curso gratuito e se tornaram professores, dando aulas para advogados negros interessados em aprimorar conhecimentos na advocacia corporativa. Batizado de Advocacia Empresarial para Todos e Todas, a proposta ofereceu 100 vagas. Entre os participantes, 75% eram mulheres negras. Resultado de uma parceria com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, em quatro meses, os 35 advogados da Petrobras deram mais de 130 horas de aula on-line com conteúdos que costumam estar no concurso da empresa. “O curso demonstra como o próprio Jurídico da Petrobras, a partir de uma perspectiva crítica, pode realizar ações afirmativas, exercendo papel proativo para combater o racismo e reduzir a desigualdade racial no país”, afirma o gerente geral do Jurídico da Petrobras, Luiz Cristiano de Andrade.



Petrobras/Divulgação

MEIO AMBIENTE / Homem de 19 anos usou gasolina para queimar vegetação do Parque Burle Marx. A PCDF divulgou, ontem, a criação de uma força-tarefa para identificar e responsabilizar autores dos recentes incêndios na região

Acusado por atear fogo é preso

» LETÍCIA GUEDES
» LETÍCIA MOUHAMAD

Um homem de 19 anos foi detido, ontem, pela Polícia Militar (PMDF), acusado de atear fogo, com gasolina, à vegetação do parque Burle Marx, na Asa Sul. O suspeito, que não teve o nome divulgado, foi encaminhado à Coordenação Especial de Proteção ao Meio Ambiente, à Ordem Urbanística e ao Animal (Cepema), da Polícia Civil (PCDF), que iniciou investigação. A detenção aconteceu no mesmo dia em que o Governo do Distrito Federal (GDF) anunciou a criação de uma força-tarefa para apurar os recentes casos de áreas destruídas por chamas que têm atingido diversos pontos da região e prejudicado o meio ambiente e os moradores locais.

De acordo com a PCDF, entre julho e metade de setembro de 2023, houve 13 registros de queimadas, enquanto no mesmo período deste ano foram 24, um aumento de 85%. O órgão destacou, que em comparação à média de incêndios do tipo nos dois anos anteriores, foi verificado, ainda, um crescimento de 142%.

O Secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, disse ao Correio que a força-tarefa e a Polícia Federal (PF) trabalharão conjuntamente: “Estamos compartilhando imagens e trocando informações com a Polícia Federal, por meio de nossos setores de inteligência, para auxiliar na investigação e identificar os responsáveis por esses incêndios que, ao que tudo indica, são criminosos. Nos últimos dias, constatamos diversos focos de incêndio que apresentam indícios de

terem sido provocados intencionalmente. Isso será investigado pela nossa Polícia Civil”.

Ele comentou que sua pasta vai comprar sensores térmicos para agilizar o combate às chamas o mais rápido possível e diminuir os estragos que provocam.

Mais suspeitos

A PF confirmou a instauração de inquérito para investigar o início das chamas que atingiram o Parque Nacional de Brasília nos últimos dias. A instituição, porém, explicou que não divulgará outras informações para não prejudicar as investigações.

Atualmente, agentes da corporação atuam em vários pontos do Brasil em busca dos responsáveis por incêndios que afetaram outras áreas verdes nacionais. “A PF está empenhada em identificar não apenas os autores materiais, mas também os possíveis mandantes, buscando correlacionar esses crimes ambientais a outros delitos conexos, para que todos os envolvidos respondam por todos crimes praticados, garantindo assim a devida responsabilização”, destacou uma nota do órgão.

Penas

Provocar incêndios em mata ou floresta é crime contra a fauna e a flora definido pela Lei de Crimes Ambientais, com penas que vão de dois a quatro anos de prisão. Porém, se ficar comprovado que vidas ou propriedades foram colocadas em perigo ou até perdidas, a sentença ainda tem a possibilidade de crescer de três a até seis anos de detenção. E se as chamas atingirem lavouras

Ed Alves/CB/DA-Press



PCDF aponta que, comparando períodos específicos de 2023 e de 2024, queimadas cresceram 85% no DF

ou pastagens, haverá aumento de um terço no tempo de prisão, calculado sobre a sentença dada.

Para o ambientalista e professor Bernardo Verano, as penas atuais não são suficientes para conter o aumento das queimadas. Segundo ele, falta fiscalização eficaz. “Muitos incêndios estão ligados a práticas agrícolas inadequadas, associadas à pobreza rural, e, no caso do DF, temos também a queima do lixo, o que exige soluções além das punições, como políticas públicas que ofereçam alternativas sustentáveis. Medidas complementares incluem o fortalecimento da

fiscalização com monitoramento por satélite, criação de brigadas especializadas, revisão de penas com agravamento em casos de reincidência e multas proporcionais ao dano”, disse.

Cooperação

A PCDF pede que a população esteja atenta e denuncie atividades suspeitas que possam gerar incêndios. Segundo a entidade, que também advertiu sobre a necessidade de fazer o descarte de resíduos de modo adequado, esses alertas são fundamentais para coibir ilegalidades

e proteger o meio ambiente. “A prevenção é a melhor forma de combater os incêndios. Não jogue lixo em áreas verdes, não faça fogueiras em locais inadequados e denuncie qualquer atividade suspeita”, apontou a polícia civil por nota.

O órgão também recomendou que, ao serem identificados focos de fumaça ou pessoas fazendo queimadas em áreas proibidas, seja feito contato, o mais rápido possível, com entidades como o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), a Polícia Militar Ambiental ou a própria PCDF.

Palavra de especialista

Efeitos no Cerrado

Os incêndios que assolam o Parque Nacional de Brasília têm causado danos ao meio ambiente e à qualidade de vida locais. Com vegetação adaptada ao fogo, o Cerrado, porém, enfrenta impactos devastadores quando as queimadas são em proporções elevadas, muitas vezes causadas pela ação humana ou condições climáticas extremas.

Entre os principais problemas está a perda de biodiversidade. Além disso, a degradação do solo é severa, pois as chamas o empobrecem e aumentam sua vulnerabilidade à erosão. Outros efeitos são as emissões de fuligem e de gases de efeito estufa e a redução da cobertura vegetal, que diminui a capacidade da terra em reter água, agravando a crise hídrica.

As queimadas representam uma crise ambiental e de saúde pública. A prevenção exige abordagem integrada, que combine monitoramento, educação, aprimoramento de políticas e restauração, preservação e ações para enfrentar mudanças climáticas.

Bernardo Verano — Professor e ambientalista. Pesquisador vinculado à Universidade de Coimbra (Portugal) e especialista em Engenharia de Controle da Poluição Ambiental